



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

26 de janeiro de 2018

**Diário Catarinense (Capa) e A Notícia
Capa e Política**

“Valor de emendas para SC sobe mais de 50% em 2017”

Valor de emendas para SC sobe mais de 50% em 2017 / Michel Temer / PMDB / Professor / UFSC / Matheus Felipe de Castro / Emenda impositiva



POLÍTICA

VALOR DE EMENDAS PARA SC SOBE MAIS DE 50% EM 2017

MAIORIA DOS PAGAMENTOS e empenhos ocorreram quando os processos mais polêmicos entraram em pauta no Congresso

VICTOR PEREIRA
victor.pereira@somosnsc.com.br

O valor em emendas parlamentares destinado pelo governo federal a políticos catarinenses subiu mais de 50% em 2017 na comparação com 2016. Nas emendas empenhadas, ou seja, as que o governo federal se compromete a pagar no futuro, o aumento foi de 52,1%, passando de R\$ 245,3 milhões para R\$ 373,2 milhões. Nas que foram pagas no ano passado, o acréscimo é ainda maior: 62,8%, saltando de R\$ 161,8 milhões para R\$ 263,5 milhões. Os números são obtidos pelo Siga Brasil, sistema de informações sobre orçamento público federal disponibilizado pelo Senado.

A liberação bem maior em 2017 do instrumento historicamente usado como moeda de troca por votos entre Planalto e Congresso ocorre no primeiro ano completo do mandato de Michel Temer (PMDB), em um período marcado por momentos delicados, como as denúncias contra o presidente levadas à Câmara, a votação da reforma trabalhista e a tentativa de ter votos suficientes para votar a reforma da Previdência. Mais de 87% do pagamento de emendas e 99% dos empenhos ocorreram entre junho e dezembro, justamente quando os processos e votações polêmicas entraram na pauta.

As emendas individuais, dentro de um limite estabelecido por lei, são impositivas desde 2015 – portanto, têm pagamento obrigatório pelo Executivo. Na prática, porém, cabe ao Planalto definir quando e qual emenda libera mais cedo ou mais tarde.

SAÚDE E INFRAESTRUTURA LIDERAM APLICAÇÕES

O dinheiro empenhado aos catarinenses representou 3,4% do total do país em 2017. Com R\$ 1 bilhão e 9,4% do total nacional, São Paulo lidera esse ranking. Nos valores pagos, Santa Catarina responde por 5,3% das liberações no país ano passado. A liderança novamente foi de São Paulo, com R\$ 561,8 milhões e 11,33% do total.

Em ambos os casos, as principais aplicações dos recursos no Estado foram na saúde, atendendo à determinação da emenda constitucional que detalha o orçamento impositivo, impõe que metade das emendas parlamentares vá para essa área. Nos setores "livres" de uma destinação mínima, o desenvolvimento urbano/infraestrutura aparece à frente, seguido pela educação (nas emendas empenhadas) e pela agropecuária (nas emendas pagas). As liberações também incluem restos a pagar de anos e mandatos anteriores. Assim, até emendas do ex-senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) foram pagas ano passado.

EMENDAS PAGAS

2016

Santa Catarina
R\$ 161,8 MILHÕES
4,44% do país

Minas Gerais líder
R\$ 394,2 MILHÕES
10,81% do país

No Sul, Paraná líder
R\$ 250,1 MILHÕES
6,86% do país

Rio Grande do Sul ficou à frente de SC
R\$ 216,6 MILHÕES
5,94% do país

QUEM MAIS RECEBEU EM 2016

Marco Tebaldi (PSDB)	R\$ 13,6 milhões
João Rodrigues (PSD)	R\$ 12,8 milhões
Décio Lima (PT)	R\$ 11,6 milhões
Pedro Uczai (PT)	R\$ 11,6 milhões
Celso Maldaner (PMDB)	R\$ 10,6 milhões
Mauro Mariani (PMDB)	R\$ 10,6 milhões
Ronaldo Benedet (PMDB)	R\$ 8,8 milhões
Dário Berger (PMDB)	R\$ 7,4 milhões
Jorginho Mello (PR)	R\$ 7 milhões
Rogério Peninha Mendonça (PMDB)	R\$ 6,8 milhões
Valdir Colatto (PMDB)	R\$ 6,7 milhões
Dalirio Beber (PSDB)	R\$ 6,6 milhões
Cesar Souza (PSD)	R\$ 6,3 milhões
Esperidião Amin (PP)	R\$ 6 milhões
Edinho Bez (PMDB)	R\$ 5,9 milhões
Paulo Bauer (PSDB)	R\$ 5,5 milhões
João Pizzolatti (PP)	R\$ 4,4 milhões
Paulo Bornhausen (PSB)	R\$ 4,1 milhões
Ónofre Agostini (PSD)	R\$ 3,9 milhões
Geovania de Sá (PSDB)	R\$ 2,8 milhões
Luiz Henrique (PMDB)	R\$ 2,7 milhões
Carmen Zanotto (PPS)	R\$ 2 milhões
Luci Choinacki (PT)	R\$ 1,5 milhão
Casildo Maldaner (PMDB)	R\$ 1,3 milhão
Jorge Boeira (PP)	R\$ 1,3 milhão

2017

Santa Catarina
R\$ 263,5 MILHÕES
(5,32% do país)

São Paulo líder
R\$ 561,8 MILHÕES
(11,33%)

No Sul, Paraná líder
R\$ 315,7 MILHÕES
(6,37%)

Rio Grande do Sul fica atrás de SC
R\$ 259,6 MILHÕES
(5,24%)

QUEM MAIS RECEBEU EM 2017

Bancada de SC	R\$ 96,4 milhões
Paulo Bauer (PSDB)	R\$ 12,7 milhões
Celso Maldaner (PMDB)	R\$ 12,1 milhões
Geovania de Sá (PSDB)	R\$ 11,2 milhões
Edinho Bez (PMDB)	R\$ 9,9 milhões
Valdir Colatto (PMDB)	R\$ 9,8 milhões
Jorginho Mello (PR)	R\$ 9,5 milhões
Marco Tebaldi (PSDB)	R\$ 9,5 milhões
João Rodrigues (PSD)	R\$ 9,1 milhões
Rogério Peninha Mendonça (PMDB)	R\$ 8,8 milhões
Pedro Uczai (PT)	R\$ 8,3 milhões
Esperidião Amin (PP)	R\$ 8,1 milhões
Mauro Mariani (PMDB)	R\$ 7,8 milhões
Carmen Zanotto (PPS)	R\$ 7,5 milhões
Cesar Souza (PSD)	R\$ 7,4 milhões
Décio Lima (PT)	R\$ 7,4 milhões
Dalirio Beber (PSDB)	R\$ 7,2 milhões
Ronaldo Benedet (PMDB)	R\$ 7,2 milhões
Dário Berger (PMDB)	R\$ 6,1 milhões
Fabricao Oliveira (PSB)	R\$ 3,1 milhões
João Pizzolatti (PP)	R\$ 1,5 milhão
Luiz Henrique (PMDB)	R\$ 1,4 milhão
Jorge Boeira (PP)	R\$ 697 mil
Luci Choinacki (PT)	R\$ 505 mil
Casildo Maldaner (PMDB)	R\$ 123 mil
Paulo Bornhausen (PSB)	R\$ 71 mil



DEU NO DC

Levantamento feito pelo Diário Catarinense em junho do ano passado mostrou que no auge da crise política ocorreu liberação recorde de demandas para Santa Catarina.

LIBERAÇÃO DE EMENDAS BATE RECORDE EM JUNHO

Em junho de 2017, o valor das emendas liberadas para Santa Catarina atingiu um recorde histórico, com um total de R\$ 263,5 milhões. Esse valor representa um aumento de 52,1% em relação ao mesmo mês de 2016, quando foram liberados R\$ 172,8 milhões. O crescimento reflete a intensificação das negociações políticas durante a crise institucional, com a necessidade de recursos para manter o funcionamento do governo federal e atender a demandas locais. O levantamento também aponta que a maior parte das liberações ocorreu no final do mês, coincidindo com o auge da crise política.

EMENDAS EMPENHADAS

2016

Santa Catarina

R\$ 245,3 MILHÕES
 (3,38% do país)

São Paulo liderou

R\$ 901,6 MILHÕES
 (12,40%)

No Sul, Paraná liderou

R\$ 426,8 MILHÕES
 (5,87%)

Rio Grande do Sul ficou à frente de SC

R\$ 412,7 MILHÕES
 (5,68%)

QUEM MAIS RECEBEU EM 2016

Celso Maldaner (PMDB)	R\$ 13,5 milhões	Carmen Zanotto (PPS)	R\$ 12,9 milhões
Jorginho Mello (PR)	R\$ 13,5 milhões	Cesar Souza (PSD)	R\$ 12,9 milhões
Rogério Peninha Mendonça (PMDB)	R\$ 13,4 milhões	Dário Berger (PMDB)	R\$ 12,9 milhões
João Rodrigues (PSD)	R\$ 13,3 milhões	Décio Lima (PT)	R\$ 12,9 milhões
Paulo Bauer (PSDB)	R\$ 13,3 milhões	Marco Tebaldi (PSDB)	R\$ 12,9 milhões
Pedro Uczai (PT)	R\$ 13,3 milhões	Geovania de Sá (PSDB)	R\$ 12,8 milhões
Dalirio Beber (PSDB)	R\$ 13,2 milhões	Fabrizio Olivera (PSB)	R\$ 12,7 milhões
Valdir Colatto (PMDB)	R\$ 13,2 milhões	Esperidião Amin (PP)	R\$ 12,2 milhões
Mauro Mariani (PMDB)	R\$ 13,1 milhões	Edinho Bez (PMDB)	R\$ 12,1 milhões
		Ronaldo Benedet (PMDB)	R\$ 11 milhões

2017

Santa Catarina

R\$ 373,2 MILHÕES
 (3,48% do país)

São Paulo liderou

R\$ 1 BILHÃO
 (9,42%)

No Sul, Paraná liderou

R\$ 549 MILHÕES
 (5,11%)

Rio Grande do Sul ficou à frente de SC

R\$ 536,8 MILHÕES
 5%

QUEM MAIS RECEBEU EM 2017

Bancada de SC	R\$ 138,5 milhões	Dalirio Beber (PSDB)	R\$ 12,4 milhões
Celso Maldaner (PMDB)	R\$ 12,5 milhões	Dário Berger (PMDB)	R\$ 12,3 milhões
Cesar Souza (PSD)	R\$ 12,5 milhões	Edinho Bez (PMDB)	R\$ 12,3 milhões
Décio Lima (PT)	R\$ 12,5 milhões	Jorge Boeira (PP)	R\$ 12,3 milhões
Geovania de Sá (PSDB)	R\$ 12,5 milhões	Ronaldo Benedet (PMDB)	R\$ 12,3 milhões
Marco Tebaldi (PSDB)	R\$ 12,5 milhões	Jorginho Mello (PR)	R\$ 12,2 milhões
Mauro Mariani (PMDB)	R\$ 12,5 milhões	João Rodrigues (PSD)	R\$ 12,1 milhões
Paulo Bauer (PSDB)	R\$ 12,5 milhões	Esperidião Amin (PP)	R\$ 12 milhões
Pedro Uczai (PT)	R\$ 12,5 milhões	Rogério Peninha Mendonça (PMDB)	R\$ 11,9 milhões
Valdir Colatto (PMDB)	R\$ 12,5 milhões		
Carmen Zanotto (PPS)	R\$ 12,4 milhões		

“Emenda impositiva não depende da relação com o governo”, diz Kleinübing

A bancada catarinense, com emendas coletivas, foi a mais contemplada pelo empenho (R\$ 138,5 milhões) e o pagamento (R\$ 96,4 milhões) de emendas parlamentares em 2017. Conforme o coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, João Paulo Kleinübing (PSD), duas emendas de cada bancada têm execução obrigatória. No caso de SC, os valores empenhados de 2016 para 2017 foram para o custeio na saúde e a aquisição de ônibus escolares. O deputado diz que a opção por essas áreas ocorre por elas demandarem burocracias mais simples e nega qualquer relação na liberação de emendas com apoio a votações.

– A emenda coletiva foi paga para a bancada inteira, independente da posição. A emenda impositiva dá justamente essa condição, não depende da sua relação com o governo e valoriza o mandato e o eleitor – defende. Individualmente, o senador Paulo Bauer (PS-

DB) lidera na soma das emendas pagas e empenhadas no ano passado, totalizando R\$ 25,2 milhões. O tucano afirma que destina 80% das emendas entre a saúde (hospitais comunitários) e educação (ônibus escolares), e diz que a vontade política interferia antes das emendas serem impositivas, citando o período em que ele foi parlamentar sendo oposição ao PT.

– No período do PT eu nunca conseguia liberar mais que 40%, 50% do volume de emendas, porque existia uma má vontade, uma exigência indescritível de procedimentos. Quando se tornou impositivo, passamos a ter um melhor desempenho na liberação. Em nenhuma circunstância isso é troca de favores, porque o orçamento é impositivo. E a condição de governo que temos hoje não é de criar dificuldades, pelo contrário, nos dá mais tempo para apresentação dos projetos e tem uma gestão financeira mais responsável – argumenta.

PRINCIPAL DESTINO DAS EMENDAS EMPENHADAS EM 2017 (em milhões)



PRINCIPAL DESTINO DAS EMENDAS PAGAS EM 2017 (em milhões)



Especialistas criticam liberação em épocas de votações polêmicas

Mesmo se tornando impositivas, as emendas parlamentares acabam ainda abrindo espaço para outras alternativas de barganha. Essa é a avaliação de especialistas ouvidos pela reportagem, que também apontam caminhos para reduzir ou eliminar o problema.

Doutor em Direito e professor da UFSC, Matheus Felipe de Castro lembra que assim que foram criadas, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), as emendas assumiram a “função” de angariar votos. Ele pondera que as emendas impositivas são uma tentativa de reduzir essa influência.

– Não me parece um argumento que elimine essa troca, até porque se faz o empenho, mas a liberação não é automática. (Com a emenda impositiva) Haverá algum benefício para a oposição? Sem dúvida, mas facilitará muito mais para quem já está na base do governo. E também isso abre outros flancos, a troca de votos pode procurar outra alternativa, como cargos e

ministérios – comenta.

Para o doutor em Estudos Políticos e professor da Udesc Leonardo Secchi, dois dos principais problemas são o excesso de partidos políticos e a concentração de poder no Executivo federal. Ele reforça que a troca de favores vai além das emendas parlamentares e cobra que a população também faça sua parte nas urnas e na posterior fiscalização dos eleitos.

– A primeira medida para superar essa relação é a redução de número de partidos. Com a recente aprovação do fim da coligação nas proporcionais e com a cláusula de desempenho, teremos no Brasil até 2030 uma redução dos partidos dos atuais 35 para algo em torno de 10, o que trará maior governabilidade. A segunda medida depende da população: elegendos políticos e partidos que superem a lógica do toma-lá-dá-cá durante as campanhas e que prometam a defesa de políticas públicas gerais, de interesse coletivo – defende.

Notícias do Dia
Capa e Cidade

“Ações sustentáveis no Sul da ilha”

Ações sustentáveis no Sul da ilha / Desenvolvimento sustentável / Projeto Escola de Verão / Acesa / Associação Catarinense dos Engenheiros Sanitaristas e Ambientais / Saneamento básico / UFSC / Coden / Conselho Comunitário da Costa de Dentro



Ações sustentáveis no Sul da Ilha

Projeto da Acesa tem como objetivo diagnosticar o saneamento básico na Costa de Dentro

MICHAEL GONÇALVES
michael.goncalves@noticiasdodia.com.br

Pequena no tamanho, mas grande na consciência do desenvolvimento sustentável. Essa é a comunidade da Costa de Dentro, no Extremo Sul da Ilha de Santa Catarina, onde 184 famílias fazem a gestão da água captada no lençol freático. Sem rede coletora e muito menos uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), a localidade foi contemplada com o projeto Escola de Verão, da Acesa (Associação Catarinense dos Engenheiros Sanitaristas e Ambientais), que tem o objetivo de diagnosticar o saneamento básico e desenvolver ações sustentáveis.

O funcionário público aposentado Eugênio Luiz Gonçalves, 58 anos, um dos integrantes do Coden (Conselho Comunitário da Costa de Dentro), pretende despertar a consciência ecológica entre os moradores. "Temos uma água de qualidade e queremos alternativas para que o nosso sistema sanitário não polua o lençol freático e nem a praia. O Coden faz a gestão da água com a desinfecção com cloro e cobra mensalmente R\$ 30 por 15 m³. Em função disso, o Coden tem R\$ 94 mil em caixa", comentou.

A presidente da Acesa, engenheira sanitária Thaianna Cardoso, informou que a maioria das 500 casas na comunidade tem tanque séptico e/ou sumidouro. O problema é que o lençol freático na região é "alto" e poderá ser contaminado. Em função disso, oito alunos universitários e dois professores (da Udesc, UFSC e UFPA) estão conhecendo a região e desenvolvendo soluções.

Thaianna informou que a comunidade escolheu quatro temas que serão desenvolvidos em conjunto (veja quadro ao lado). "A Escola de Verão contribui para a formação acadêmica com oficinas práticas por meio do mapeamento e do diagnóstico da situação do saneamento básico da Costa de Dentro. Com a produção do relatório queremos despertar a consciência dos moradores e encaminhar sugestões de melhorias ao poder público", disse. O projeto começou no dia 17 e segue até a próxima terça-feira (30) na Escola Desdobrada da Costa de Dentro. ●



FOTOS DANIEL QUEIROZ/IM

NA PRÁTICA

Os temas escolhidos pela comunidade

- Levantamento das nascentes, indo aos locais após a identificação pelo geoprocessamento
- Elaboração de um termo de referência para o saneamento descentralizado, que também é conhecido como ecológico, porque atua com filtros de raízes, de areia ou círculos de bananeiras
- Módulo de compostagem comunitária, no estilo da revolução dos baldinhos
- Mapeamento dos problemas de drenagens

Integrantes do do projeto Escola de Verão, da Associação dos Engenheiros

Estudantes colocam em prática a teoria

O estudante Rodrigo Porto Santos, 21 anos, do curso de engenharia sanitária da Udesc de Ibirama, também está ampliando os conhecimentos nas oficinas e aulas práticas. O aluno da 8ª fase contou integrantes do projeto também coletaram lixo sólido na praia. "Já tinha estudado sobre compostagem, mas o tema ainda não estava claro na minha cabeça. A didática utilizada por um professor, que demonstrou as camadas de uma composteira, facilitou o aprendizado", informou.

Os alunos estão abrigados na unidade escolar e recebem a alimentação do Coden. Normalmente, eles têm atividades nos três turnos e a comunidade também participa dos eventos noturnos. A estudante Mônica Fernandes, 25, explicou que o objetivo é proporcionar economia à comunidade. "Com a compostagem dos resíduos orgânicos, os moradores poderão aproveitar o produto final em pequenas hortas e, assim, evitam a poluição e a destruição da natureza", disse.

Implantação de sistemas sanitários

Para o superintendente de Saneamento e Habitação de Florianópolis, engenheiro Lucas Arruda, legalmente apenas a Casan pode explorar o sistema de abastecimento de água no município. Tecnicamente, o engenheiro lembrou que é viável a gestão do fornecimento, mas alguns cuidados devem ser observados. "Mais de 100 pequenas comunidades fazem a gestão da água em Florianópolis. A maior delas é Jurerê Internacional. Existe uma comissão na prefeitura que estuda essa situação pela preocupação com a qualidade da água", afirmou.

Em relação às ações de saneamento básico, Arruda acredita que é viável a implantação de sistemas sanitários alternativos. "A Costa de Dentro é uma comunidade com pequena densidade demográfica em uma grande área e uma rede de coleta não compensaria o investimento. Assim, estamos desenvolvendo ações para um sistema alternativo com filtros, banheiros secos, além de outras propostas. Hoje, a prefeitura reconhece que sistemas sanitários alternativos podem ser bem aplicados, desde que a sua viabilidade seja comprovada tecnicamente", ressaltou.



Água da Costa de Dentro é captada e tratada por moradores

Diário Catarinense Educação

“Instituições de ensino de SC oferecem 4 mil vagas pelo Sisu”

Instituições de ensino de SC oferecem 4 mil vagas pelo Sisu / Educação / Enem / Exame Nacional do Ensino Médio / Sistema de Seleção Unificada / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

DIÁRIO CATARINENSE 16
SEXTA-FEIRA,
26 DE JANEIRO DE 2018

EDUCAÇÃO

Instituições de ensino de SC oferecem 4 mil vagas pelo Sisu

Alunos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017 e querem uma vaga no Ensino Superior terão até as 23h59min de hoje para se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de 2018. Até ontem, quase 2 milhões de pessoas haviam se cadastrado no sistema.

Em Santa Catarina, as três principais instituições públicas de ensino oferecem juntas 4,1 mil vagas para início no primeiro semestre.

Os interessados precisam fazer a inscrição no site oficial do Sisu (www.sisu.mec.gov.br). O candidato pode escolher, por ordem de preferência, até duas opções de cursos. O resultado final estará disponível na próxima segunda-feira. As matrículas começam dia 30 deste mês.

VAGAS EM SANTA CATARINA

- No Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), há 1,7 mil oportunidades disponíveis. Metade das vagas será destinada à ampla concorrência e a outra metade para o sistema de cotas, que inclui percentuais para candidatos pretos, pardos, indígenas, surdos e pessoas com deficiência.
- Na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), estão sendo ofertadas quase 400 oportunidades para 43 cursos com início das aulas no primeiro semestre deste ano. No total, 20% das vagas são destinadas para candidatos que tenham feito integralmente o ensino médio na rede pública e outras 10% são oferecidas para negros.
- Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estão à disposição, por meio do Sisu, 1.930 vagas para 100 cursos superiores com ingresso ainda este ano. Destas vagas, 50% são destinadas para cotas e a outra metade para ampla concorrência de candidatos.
- No restante do Brasil são outras 235 mil oportunidades disponíveis em 126 instituições de ensino superior.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Larfiagem: a saga da língua criada no interior em Santa Catarina](#)

[Mudança de entendimento do Supremo pode não beneficiar Lula](#)

[O que pode fazer a defesa de Lula para evitar a prisão antecipada?](#)

[Sisu 2018: maior nota de corte parcial em medicina é de
universidade no RN, com mais de 880 pontos](#)

[Delton Carvalho direito ambiental obteve reconhecimento nacional e
internacional](#)

[Especialistas criticam liberação de emendas em épocas de votações
polêmicas](#)